

Para aprovar o pacote, deputado tem 3 jetons

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O segunda vice-presidente da Câmara, deputado Carlos Wilson (PE), informou ontem que ainda não foram contabilizados os gastos decorrentes da discussão e votação do pacote fiscal, mas garantiu que não significarão um acréscimo substancial, porque os deputados receberão jetons por apenas três das quatro sessões realizadas, e só os funcionários que efetivamente trabalharam terão direito ao recebimento de horas extras.

Carlos Wilson destacou que a administração da Câmara não inovou ou tentou diminuir os gastos com o pacote, limitando-se apenas a cumprir o parágrafo 4º do artigo 33 da Constituição, segundo o qual serão remuneradas, até o máximo de oito por mês, as sessões extraordinárias da Câmara e do Senado. Por isso mesmo, caso esse número seja ultrapassado, nenhum parlamentar receberá mais jetons, o que não ocorreu na votação do pacote.

Segundo explicou o diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, essa restrição de natureza constitucional é compensada pelas sessões conjuntas do Congresso, que não têm limite, embora variem de uma até no máximo quatro, de segunda a sexta-feira. Como o pacote do governo foi apreciado isoladamente em cada Casa, os deputados e senadores não tiveram direito ao recebimento do benefício em ampla escala.

O secretário-geral da Mesa da Câmara, Paulo Afonso Martins de Oliveira, chamou a atenção para o fato de o pacote não ter propiciado muitas sessões. A última, por exemplo, quando ocorreu a aprovação, começou às 13h30 de terça-feira, foi

suspensa durante várias horas e acabou às 5h30 da manhã de ontem, com interrupção entre as 22 horas e meia-noite, quando foi realizada uma sessão do Congresso, que resultou na derrubada do decreto-lei do ex-presidente Figueiredo que beneficiava sete subprocuradores através da vitalidade.

Embora o pacote tenha chegado ao Congresso na quarta-feira da semana passada, o processo de votação começou apenas na segunda-feira, quando foi aprovada a urgência em sessão que terminou à 1h30 da manhã de terça-feira. Neste mesmo dia, foram realizadas mais duas, quando o pacote recebeu pareceres e emendas em plenário. A primeira foi realizada à tarde e a outra à noite, encerrados os trabalhos às 4h30 da manhã.

Como no segundo dia de votação, a primeira sessão ocorreu à tarde, no horário normal das sessões ordinárias, também não houve pagamento de jeton, porque, conforme Martins de Oliveira, quando uma extra coincide com uma normal, o Regimento Interno da Câmara proíbe remuneração a mais para o deputado.

No cômputo geral, embora tenha atravessado duas madrugadas e atingido quase três dias, o pacote foi objeto de exame em plenário durante cerca de 16 horas. Por isso mesmo, as sessões foram quatro, embora, em razão de toda a Câmara ter se debruçado sobre o problema, esse número pareça inferior ao real.

Se todos os 479 deputados tivessem recebido jetons em cada uma das sessões do pacote, o custo dessa parte dos trabalhos chegaria a Cr\$ 42.690.000. Se as quatro sessões significassem o benefício, Cr\$ 170.760.000. Contudo, apenas 352 deputados par-

ticiparam da votação final (270 a favor, 72 contra e 10 abstenções), equivalendo a Cr\$ 38.772.000. Essas projeções não incluem dois gastos importantes: o material utilizado e o pagamento dos extras aos funcionários que participaram direta ou indiretamente do trabalho, como os que trabalham na Mesa, os agentes de segurança, o pessoal lotado nas lideranças partidárias e o grupo da gráfica do Senado, que imprimiu todo o material da votação. Entretanto, a Câmara ainda não fez o levantamento da despesa dessa parte do trabalho.

A Câmara, mesmo sob forte pressão de tempo, procurou aperfeiçoar o pacote, com a apresentação de 166 emendas de deputados de todos os partidos. Além disso, o presidente Sarney foi duramente contestado, bem como os argumentos do ministro Dílson Funaro, da Fazenda, que tentou "vender" o pacote como solução para os mais variados problemas da economia nacional e o adeusou com medidas sociais.

Com o problema de tempo curto e o empenho governamental em ver o pacote aprovado, a liderança do PMDB partiu para o único expediente viável, o substitutivo, que teve a mão firme do governo e significou poucas alterações, nenhuma delas de substância. Mesmo assim, os deputados reduziram os imensos poderes pretendidos por Funaro para si próprio, impediram que proprietários de veículos de Territórios venham a pagar alguns impostos e decidiram que os trabalhadores que percebem até dez salários mínimos terão reajustes nunca inferiores a 100% da variação do IPCA. Foi praticamente tudo o que os deputados conseguiram no substitutivo, que na forma original abrigou outras 12 sugestões da Câmara. (Ver noticiário à página 32)